

ENTRE A EMOÇÃO E A RAZÃO: O FUNCIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E DO LUTO COLETIVO

BETWEEN EMOTION AND REASON: THE WORKING OF SAFETY DE- VICES AND COLLECTIVE GRIEF

Maraisa Daiana da Silva¹

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Língua Portuguesa, Maringá, PR, Brasil

Ismara Tasso²

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Língua Portuguesa, Maringá, PR, Brasil

Resumo: Este estudo tem o objetivo de compreender como os dispositivos de segurança e de luto coletivo constituem relações de força na produção das práticas discursivas, funcionando como técnicas políticas que contribuem para a normalização da população de Brumadinho – MG, diante de uma das maiores tragédias da história recente do Brasil, que arrastou consigo uma cidade inteira. Para tanto, alicerçadas nos Estudos Discursivos Foucaultianos e em teorias imagéticas, este estudo tem como *corpus* de análise imagens iconográficas e suas respectivas legendas, bem como chamadas midiáticas retiradas do site oficial da prefeitura de Brumadinho.

Palavras-chave: Foucault; tragédia; enunciado.

Abstract: This study aims to understand how security and collective mourning devices constitute power relations in the production of discursive practices, functioning as political techniques that contribute to the normalization of the population of Brumadinho – MG, in the face of one of the greatest tragedies in recent Brazilian history, which dragged an entire city with it. To this end, based on Foucauldian Discursive Studies and imagery theories, this study analyzes iconographic images and their respective captions, as well as media headlines taken from the official website of the Brumadinho city hall.

Keywords: Foucault; tragedy; enunciation.

Introdução

O rompimento da Barragem B1, em Brumadinho, em janeiro de 2019, constitui-se em um dos episódios mais marcantes da história recente do Brasil, com impactos profundos não apenas materiais, mas também discursivos e subjetivos. Esse acontecimento gerou um emaranhado de

1 Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutora em Letras pela mesma instituição. Integra o Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM), onde desenvolve pesquisas fundamentadas nos Estudos Discursivos Foucaultianos, com foco em memória, luto, subjetivação e práticas discursivas.

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara, com pós-doutorado no IEL/Unicamp. Lidera o GEDUEM (CNPq/UEM). Atua nos Estudos Discursivos Foucaultianos, com ênfase em discursos sobre minorias, corpo, memória e tecnologias.

enunciados, práticas e sentidos que se articulam na tentativa de significar o luto e normalizar a morte em uma escala inédita, amplificada, posteriormente, pelo cenário de isolamento social e pelas perdas incessantes noticiadas durante a pandemia da COVID-19.

Diante disso, este estudo, fruto de uma tese de doutoramento, parte do entendimento de que a língua é, ao mesmo tempo, mediadora das práticas discursivas e constitutiva da memória coletiva. Através dela, as normas que regulam o luto são estabelecidas, negociadas e, por vezes, desafiadas. Em Brumadinho, os enunciados verbais e não verbais, produzidos por instituições e pela comunidade, configuram práticas que não apenas estruturam o dizer sobre a tragédia, mas também moldam as subjetividades dos sujeitos enlutados, estabelecendo modos legítimos de expressar a dor e de vivenciar a perda. Assim, o luto emerge como um processo linguístico-discursivo, cujas práticas ritualísticas e simbólicas são determinantes para a regulação social e para a resistência coletiva.

Diante desse cenário e dado o movimento tático nos discursos que proliferaram diante do acontecimento, busca-se compreender como os dispositivos de segurança e de luto coletivo constituem relações de força na produção das práticas discursivas, funcionando como técnicas políticas que contribuem para a normalização da população de Brumadinho.

Com esse objetivo, recorreremos, essencialmente, às teorias foucaultianas para esquadrihar o exercício do dispositivo como elemento político e as formas de saberes que são produzidas, mantidas e disseminadas diante do acontecimento. Isto porque entendemos que os dispositivos funcionam como estratégias de poder que têm por finalidade moldar as práticas sociais e as subjetividades dos sujeitos. Em um segundo momento, discorreremos sobre o dispositivo de segurança e do luto coletivo, alicerçadas em Foucault e, para o desenvolvimento teórico-analítico, elegemos como *corpus* imagens iconográficas e suas respectivas legendas, resgatadas e publicadas pelo site *El País*, bem como chamadas midiáticas retiradas do site oficial da prefeitura de Brumadinho.

Biopolítica: os dispositivos como mecanismos normalizadores

Para compreender a normalização que se estabeleceu na multiplicidade dos sujeitos atingidos de Brumadinho, por meio dos dispositivos de segurança e do luto coletivo, partimos da biopolítica. Isso porque, essa tecnologia do poder, que surgiu, de acordo com Foucault (2005, p. 204), a partir da segunda metade do século XVIII, visa, justamente a regulamentação da multiplicidade de homens, uma vez que, de acordo com o teórico, essa multiplicidade, que forma uma “massa global, [é] afetada por processos de conjunto que são próprios da vida”, como o nascimento, a morte e, podemos incluir, o processo do luto.

Contudo, salientamos que a biopolítica não vem de forma alguma substituir o poder individualizante, aquele disciplinar, que tem como alvo o corpo; antes, ela é como uma hospedeira, que o utiliza para se inserir, que o modifica parcialmente, mas, principalmente, segundo Foucault (2005, p. 289), “vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”.

Falamos de uma nova tecnologia do poder que está centrada na população, mais especificamente, na população como problema político, científico e biológico; uma população que envelhece, que é permeada pela morbidade e por eventos sorrateiros que vão se instalando na vida dos sujeitos, estes que, dia após dia, vão se enfraquecendo e, conseqüentemente, tornam-se improdutivos e, por isso, causam custos ao Estado. De acordo com Foucault (2005, p. 293), estes eventos:

são fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa, são fenômenos aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmos, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer.

E é diante dessa nova realidade que os mecanismos disciplinares, que agiam propriamente no corpo individual e consideravam o “indivíduo no nível do detalhe”, vão sendo substituídos por mecanismos que, “pelo contrário, mediante mecanismos globais, [vão] agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade” (Foucault, 2005, p. 293).

Uma das conseqüências práticas do poder que se responsabiliza por promover a vida é a criação de normas. Dito de outra forma, serão necessários mecanismos sucessivos, eficazes, reguladores e corretivos para estabelecer esse poder que tem como tarefa a proteção da vida – a chamada normalização. Em função disso é que “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”, conforme sustenta Foucault (2017, p. 156).

Os dispositivos são esses mecanismos, através dos quais o poder da biopolítica é materializado e operacionalizado na sociedade, fornecendo ferramentas, técnicas e estratégias que permitem a regulamentação e o controle da vida em nível populacional. Além disso, podem assumir diferentes formas e funcionar como instrumentos de produção de conhecimento, de regulação social e de exercício do poder sobre os corpos.

Nessa perspectiva, quando verificamos, pautadas em Foucault, as possibilidades de análise do modo como essa regulamentação, esta normalização visada pela biopolítica, se mobiliza, percebemos que não é suficiente analisar os diferentes saberes, que são colocados em jogo pelo poder, mas compreender o que tornou possível o surgimento de novos saberes que são externos aos já existentes.

Esses saberes são intrínsecos aos dispositivos políticos, os quais operam como uma rede de relações de poder, em que a subjetividade é moldada e construída por meio das práticas discursivas e institucionais. Dessa forma, delinear esses saberes que funcionam como peças-chave nas relações de poder e no funcionamento do dispositivo é fundamental para compreender o modo como a segurança e o luto coletivo se movimentam e se fazem presentes nas práticas discursivas.

Vale destacar ainda que, segundo Foucault (1998), dispositivo é um conjunto de elementos heterogêneos, composto por discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, entre outros. Nesse sentido, consideramos haver no acontecimento do rompimento da B1, em Brumadinho, a possibilidade da existência do entrecruzamento de elementos heterogêneos como discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas e enunciados científicos que permitiram vir à tona diferentes enunciados, os quais ora se sustentaram em saberes já existentes sobre a morte, ora produziram novos, de acordo com as condições de emergência e existência sobre o tema, permitindo o funcionamento de mecanismos estratégicos da população sobre o luto.

De acordo com Foucault (1998, p. 364, grifo nosso), a relação desses elementos

pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite **justificar e mascarar uma prática que permanece muda**; pode ainda funcionar como **reinterpretação desta prática**, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Foucault (1998, p. 365, grifo nosso) acrescenta ainda que o dispositivo é “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal **responder a uma urgência**”, uma urgência que emerge no campo social como uma função estratégica. Assim, quando focamos nos diferentes enunciados que emanaram em razão do rompimento da B1, em Brumadinho, percebemos a heterogeneidade de instituições, de leis, medidas administrativas e enunciados que, em suas dispersões, possibilitaram estratégias de dissimulação da responsabilidade de uma empresa privada e de aceitabilidade da morte, a fim de responder a uma urgência **decorrente de uma das maiores tragédias do país**.

Em consonância com as reflexões de Foucault, Deleuze (1996) corrobora a tese de que o dispositivo é fundado a partir das três bases fundamentais nas teorias foucaultianas: saber, poder e subjetividade, as quais são mutáveis e se relacionam. Para ele, para decifrar um dispositivo é preciso “cartografar, percorrer terras desconhecidas [...]. É preciso instalarmo-

nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de leste a oeste, em diagonal” (Deleuze, 1996, p. 85); ou seja, a constituição do sujeito, mais especificamente do sujeito enlutado, está estritamente relacionada às estratégias de saber e de poder que funcionam sob o exercício de dispositivos.

Para que seja possível cartografar as variáveis que compõe os enunciados e que constituem um determinado dispositivo, seguindo o método foucaultiano, Deleuze (1996) esquematiza as dimensões de um dispositivo em quatro linhas:

- I. As linhas de visibilidade, que se referem às condições de emergência do enunciado.
- II. As curvas de enunciação, que correspondem à possibilidade de dizer.
- III. As linhas de força, que são associadas ao domínio do poder.
- IV. As linhas de subjetivação, que operam em um “vir a ser”, em processo de individuação (grupo ou não) que foge tanto das forças estabelecidas quanto dos saberes constituídos.

Essas linhas são linhas de ruptura, que se entrecruzam e se misturam, que provocam variações ou ainda modificações, o que, de acordo com Deleuze (1996, p. 3), nos leva a duas considerações importantes quanto ao dispositivo:

a) todas as linhas são variáveis e negam o universalismo, assim,

o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação imanentes a dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos [processos] que operam noutro dispositivo (Deleuze, 1996, p. 3).

b) o dispositivo “é uma mudança de orientação que se desvia do Eterno para apreender o novo”, o novo que se constitui por meio da variável segundo o dispositivo.

Desse modo, a linha de visibilidade está para o rompimento da barragem, visto que o evento impôs a emergência de se falar sobre o acontecimento, o que possibilitou a constituição dos enunciados “tragédia” e “desastre”. As linhas de forças, por sua vez, surgem em um primeiro momento a partir da desestabilização do controle da população mediante “a maior tragédia do país”, passando, em um segundo momento, às legislações que regem o funcionamento em casos extremos e, é de grande valia citar ainda, a liberação e incitação para viver a tragédia em

detrimento do desastre, o que nos leva às linhas de subjetivação. E é pelo poder do dispositivo que o sujeito enlutado vai se constituindo. Assim, indo ao encontro de Deleuze (1996), a conduta dos sujeitos é exercida pela força do dispositivo, que cria condições de possibilidade de esse sujeito *vir a ser*, tal como se enuncia no Enunciado 1, a seguir:



Enunciado 1 – *vir a ser*

Fonte: Prefeitura Municipal de Brumadinho (s/d).

O Enunciado 1, publicado no site da Prefeitura Municipal de Brumadinho, no dia 25 de fevereiro de 2019, exemplifica o funcionamento do dispositivo, uma vez que, pelo enunciado verbal³, pode-se apreender o modo como a população de Brumadinho “reage” à dor da perda e ao sentimento de angústia diante da dificuldade e “suposta” impossibilidade de sepultamento dos seus entes queridos, por eles continuarem desaparecidos no mar de lama. Já pelo enunciado visual, a perspectiva do foco da imagem dá a ela a sensação de abrangência dos atingidos pelo rompimento da B1, operando uma visibilidade estratégica que não apenas representa a dor, mas

³ Enunciado verbal: Trinta dias após a tragédia ainda não foi possível retomar a rotina em Brumadinho. Em cada canto da cidade é possível encontrar olhos lacrimejantes, pensamentos vazios e ainda muita dor. A paz e a tranquilidade são sentimentos que ainda não chegaram a muitos lares. Muitas famílias ainda vivem a angústia de não terem encontrado seus familiares.

a distribui enquanto efeito de subjetivação coletiva. Trata-se de uma cena que produz o sujeito enlutado como uma função política de reconhecimento da catástrofe, deslocando o enunciado do trauma individual para um campo de inteligibilidade coletivo, como propõe Foucault (1998) ao pensar o funcionamento dos dispositivos em sua relação com a emergência de regimes de verdade.

A atualidade do dispositivo também deve ser considerada, de acordo com Deleuze (1996, p. 4); a novidade do dispositivo em detrimento aos que o precederam é uma característica importante que nos leva, do mesmo modo, ao sujeito. Este não enquanto sua atualidade, quanto ser novo, mas aquilo que vai se tornando, “aquilo que [é] em devir, quer dizer, o Outro, o [seu] devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir”. Daí o sujeito de Brumadinho deixar sua posição de atingido, considerando a tecnicidade regulamentadora do enunciado desastre, para tornar-se enlutado, uma vez que houve a necessidade da normalização da morte entrar em cena, para que houvesse a purificação das emoções, favorecendo os acordos entre instituições e população.

Observemos, a seguir, o Enunciado 2, considerando o modo como se enuncia e o modo como se ilustra o que se diz na cena iconográfica que o acompanha. A publicação foi veiculada, também, no site da Prefeitura Municipal de Brumadinho, em 25 de fevereiro de 2019:



Enunciado 2 – A normalização da morte

Fonte: Prefeitura Municipal de Brumadinho (s/d).

O verbal⁴ proclama uma manifestação de desejo que a comunidade encontre “meios” para superar a dor e a angústia que se abateu sobre ela. A instituição municipal vai ao encontro da população na medida que manifesta sua solidariedade diante das perdas. A imagem do Enunciado 2, por sua vez, traz em primeiro plano três pessoas: um padre, representando a religiosidade, que dá suporte espiritual e conforto aos enlutados; uma criança, que é a representação daqueles que ainda precisam ser cuidados por serem incapazes, que traz consigo uma rosa branca, a qual pode sinalizar a paz que está por vir; e, por fim, uma mulher, amparada pelo padre, que demonstra

⁴ Enunciado verbal: Que a cidade possa superar esse momento de dor infindável e volte a ser a cidade exuberante de antes, e que Deus possa confortar todos os corações.

a fragilidade humana e a necessidade de completude do processo de luto. Neste recorte, o dispositivo do luto atua performativamente, regulando as formas legítimas de se emocionar e de se conduzir diante da dor, naturalizando a gestão da morte como uma experiência coletiva aceitável, ritualmente encenada e midiaticamente sancionada. Assim, a imagem participa de uma pedagogia visual que disciplina o olhar e o sentimento, engendrando sujeitos adaptados à lógica da biopolítica.

O que se apreende pelo verbal e pelo visual, nesse caso, é dado pela normalização, visto que ela é, de acordo com Foucault (2008), um processo de controle social que busca estabelecer e manter a conformidade com as normas e valores dominantes; essas normas são internalizadas pelos sujeitos, tornando-se parte de sua identidade, ou seja, é o processo pelo qual os sujeitos são moldados para se encaixar em padrões normativos estabelecidos pela sociedade. Nas palavras de Foucault (2008, p. 82-83),

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal [chamada de normação]. Aqui [no dispositivo de segurança], ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação as outras.

Enquanto a normalização, no dispositivo de segurança, é intrínseca ao acontecimento e parte do que é normal para fixar a norma e desempenhar seu papel operatório, a normação é o processo de criação de normas anteriores ao acontecimento, marcadamente pela “relação entre a lei e a norma” (Foucault, 2008, p. 74), e são essenciais para a manutenção da ordem social por permitir distinguir o que é normal do anormal para que os sujeitos entrem em conformidade com as normas. Nesse sentido, a normação para Foucault (2008) se estabelece na disciplina.

Dispositivo de segurança

Nessa esteira e apoiadas na afirmação de que o dispositivo é: “estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 2008, p. 367), delineamos, a seguir, o dispositivo de segurança, caracterizado pela gestão da população em suas regularidades e normalização, em seu funcionamento diante do rompimento da B1 e dos eventos decorrentes desse acontecimento.

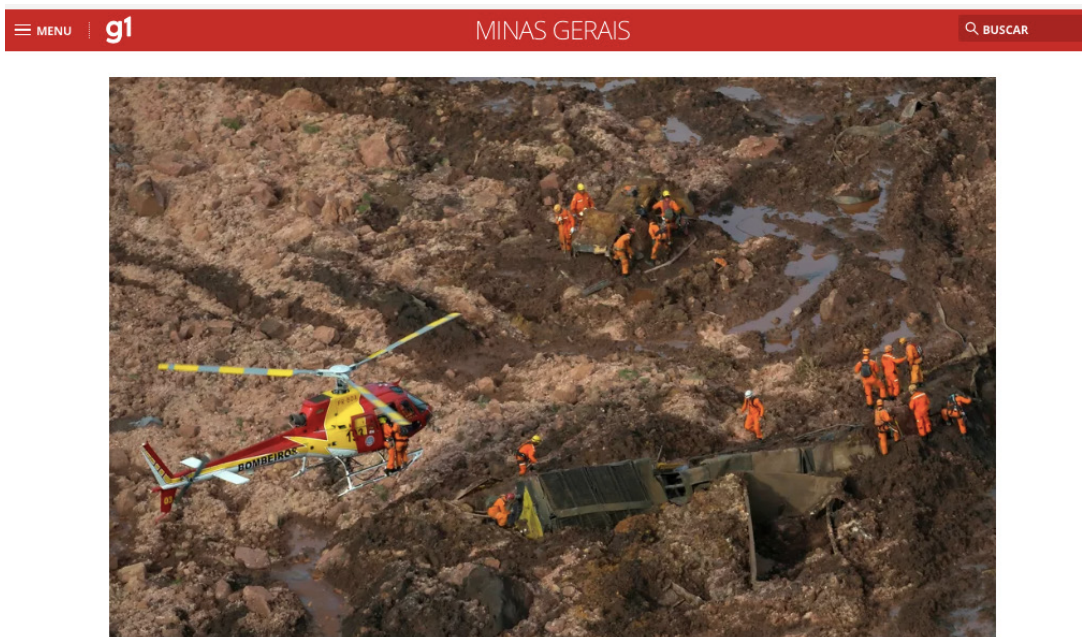
Conforme destacado no início deste estudo, a gestão da população, a qual chamamos a atenção, está pautada na governamentalidade, que “tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os **dispositivos**

de segurança” (Foucault, 2008, p. 143, grifo nosso), e não tem por finalidade caracterizar qualquer relação de poder, mas técnicas de governo que formam o Estado moderno. Dessa forma, a governamentalidade é para o Estado “o que as técnicas de segregação [são] para a psiquiatria, o que as técnicas da disciplina [são] para o sistema penal o que a biopolítica [é] para as instituições médicas” (Foucault, 2008, p. 162), sendo o dispositivo de segurança, por meio de diferentes mecanismos, um dos agentes de regulamentação da população.

Assim, segundo Foucault (2008, p. 398), o objetivo do Estado com esses mecanismos não é manter uma ordem geral, mas manter uma certa relação de forças, e “Essa manutenção da relação das forças e esse desenvolvimento das forças [...] é precisamente isso que mais tarde vai se chamar de mecanismo de segurança”.

O fato é que o dispositivo de segurança manifesta-se por um conjunto de relações que se estabelecem entre as práticas de segurança, os saberes que as fundamentam, as instituições que as regulamentam e os sujeitos que delas participam, como uma vasta rede que se estende desde as práticas mais simples e cotidianas, dos sujeitos brumadinhenses até os sistemas mais complexos de segurança, passando por uma multiplicidade de instituições e suas técnicas, como o Corpo de Bombeiros, o IML, a Polícia Civil, a Vale S/A, a Defesa Civil, o Governo de Minas, a Igreja. etc.

Vemos o dispositivo de segurança funcionar no rápido acionamento dos bombeiros e em seu trabalho incessantes para encontrar sobreviventes logo após o rompimento da barragem e, posteriormente, em encontrar os corpos das vítimas para que as famílias pudessem sepultá-las. No momento mais intenso das buscas, no mês de fevereiro, 450 homens chegaram a trabalhar simultaneamente na área de inundação (Ragazzi; Rocha, 2019). Podemos visualizar o trabalho sendo realizado pela equipe de bombeiros no Enunciado 3, a seguir, publicado em 02 de fevereiro de 2019, pelo G1:



26 de janeiro - Resgate de vítimas é feito com auxílio de helicóptero dos bombeiros — Foto: Washington Alves/Reuters

Enunciado 3 – Resgate das vítimas pelo Corpo de Bombeiros

Fonte: Prefeitura Municipal de Brumadinho (s/d).

O enquadramento da cena, em *plongée*⁵, apresenta a dimensão do trabalho difícil de resgate das vítimas no lamaçal produzido pelo rompimento da B1, realizado pelos bombeiros que colocam a seu dispor as técnicas de segurança, uma vez que havia a expectativa de encontrar pessoas com vida, pois o registro desse resgate fora feito apenas um dia depois do acontecimento. Trata-se, como vimos discutindo acerca do dispositivo de segurança, de fazer surgir certo nível em que a ação governamental é necessária e fundamental. Assim procedendo, a instituição governamental proporciona à comunidade um alento que alimenta a esperança de encontrar sujeitos atingidos pela lama, com vida ou não.

De outro modo, o dispositivo de segurança atua na organização de canais de comunicação entre os agentes oficiais e os atingidos, proporcionando a atualização de listas de desaparecidos, mecanismo importante para o controle de dados e da população aflita por informações.

Outra ação governamental foi realizada no cemitério local. Ali foram organizados mecanismos tanto no que se refere à contratação de trabalhadores para que houvesse agilidade na disposição do espaço e na abertura de covas, para atender a demanda de sepultamentos, quanto no atendimento às famílias, a fim de lhes proporcionar tranquilidade diante da vulnerabilidade

⁵ “Fala-se de enquadramento em *plongée*, quando o objeto é filmado de cima; em *contra-plongée* quando ele é filmado de baixo; de enquadramento oblíquo, frontal, fechado etc. – sendo cada uma dessas maneiras de filmar um dado sujeito conotada de modo diferente.” (Aumont, Marie, 2006, p. 98-99).

na qual se encontravam, buscando, dessa forma, tratar com respeito e dignidade o enterro de seus entes. Como demonstra o Enunciado 4, publicado pelo jornal *El país*⁶, em 2019:



9. Enquanto os bombeiros procuram os desaparecidos, em outro ponto da cidade as covas para sepultar as vítimas não param de ser abertas.

Enunciado 4 – Preparação para a cerimônia de sepultamento

Fonte: *El País Brasil* (2019).

Quanto à ação governamental dirigida à cerimônia de sepultamento no cemitério local, percebe-se que há um cuidado do outro por parte do governo, instaurando uma prática política de liberdade. Nesse ínterim,

Certamente é preciso enfatizar [...] que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre dos dois lados, pelo menos, uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência. [...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado. (Foucault, 2004, p. 270).

⁶ *El País* é um jornal diário espanhol fundado em 1976.

É sabido que em Brumadinho temos as instituições de um lado e de outro os atingidos, constituindo, assim, relações de poder, o que leva às relações com os outros, portanto, a uma questão política, entendendo, ainda, que a liberdade é em si mesma política. Ela “só existe de modo agonístico só se dá na luta com tudo e todos que possam ser percebidos como obstáculos, a sua determinação específica e a seus desígnios históricos” (Branco, 2019, p. 38). Segundo Branco (2019, p. 38), a agonística compreende o “combate entre indivíduos e grupos com diferentes forças e distintos objetivos nos campos social e histórico”.

Quanto a normação, o IML, neste caso de Brumadinho, constituiu-se como importante instituição capaz de estabelecer a determinação e a identificação dos corpos a propósito de mecanismos disciplinares que atendem a normas. Dessa forma, criou condições para a liberação dos corpos para as famílias. Como indicam Ragazzi e Rocha (2019, p. 62),

O trabalho mais árduo, e nem sempre bem-sucedido em razão do estado de decomposição dos corpos ou de parte deles, foi o de identificação. Um laboratório improvisado na parte de fora da estrutura principal foi montado para colher material genético de familiares e, posteriormente, compará-lo, por meio de testes de DNA, com amostras colhidas das vítimas. As arcadas dentárias dos cadáveres mais conservados também foram utilizadas em busca de pistas de nomes. Em outros casos o reconhecimento se deu por meio da datiloscopia, usando a impressão digital. Nem todos os corpos, no entanto, tinham condições para isso. O reconhecimento visual praticamente não foi acionado pelo IML nos trabalhos envolvendo as vítimas da barragem de Brumadinho. Do lado de fora, na calçada em frente ao prédio do instituto, familiares se aglomeraram durante mais de dois meses em busca de informações e orientações.

Destacamos, ainda, em relação aos mecanismos de segurança empregados em Brumadinho, a atuação da Vale, como instituição empresarial normalizadora, uma vez que, junto ao IML, promoveu a reintegração da equipe, além de instrumentalizar o local com ar-condicionado e contratar um frigorífico para armazenamento dos corpos em caminhões refrigerados (Ragazzi; Rocha, 2019). A mineradora também criou a Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento que, segundo Ragazzi e Rocha (2019), desenvolveu ações como o pagamento de auxílio, doações de alimentos, medicamentos, água e kits de higiene pessoal, além de assistência médica e psicológica.

Nessa direção, os exemplos citados anteriormente mostram um conjunto de relações complexas que caracterizam os dispositivos de segurança, apresentando organizações e órgãos governamentais que regularam e regulam práticas de segurança, os saberes que fundamentam essas práticas – como conhecimentos de engenharia, tecnologia, psicologia, necropsia, entre outros – e os indivíduos e grupos que participam das práticas de segurança, seja como alvo da proteção, seja como responsáveis por implementar essas medidas. Esses dispositivos de

segurança podem ser relacionados à noção de governamentalidade, uma vez que buscam facilitar a autorregulação da população para evitar consequências prejudiciais e garantir resultados favoráveis.

Os mecanismos utilizados para gerir a população de Brumadinho, por meio do dispositivo de segurança, não se baseiam na proibição, mas na

anulação dos fenômenos, [...], [na] anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Trata-se, de certo modo, de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não. Não é portanto no eixo soberano-súditos, tampouco é na forma da proibição que os mecanismos de segurança põem-se a funcionar. (Foucault, 2008, p. 86).

A relação entre as reflexões foucaultianas sobre o dispositivo de segurança e o acontecimento em discussão neste artigo está, justamente, na anulação progressiva que visualizamos nas diferentes enunciações do acontecimento como um fenômeno desastroso. O rompimento da B1, em Brumadinho, não deixa de existir (nem teria como), embora certa aceitabilidade vá se instalando a partir de mecanismos de segurança, necessários para a manutenção da ordem, como a transposição dos enunciados “desastre” para “tragédia”, bem como a não denominação por parte da empresa responsável, como já salientado.

Esse movimento, em conjunto com outros mecanismos de segurança, faz com que as condutas dos sujeitos atingidos perante o evento sejam manipuladas, uma vez que conduz o modo como vivenciar o acontecimento, dando ênfase ao processo psíquico, na necessidade de curar as emoções por meio de processos que passam a ser normalizados (o processo do luto vivenciado de modo coletivo e sem os corpos), em detrimento da razão, que demandaria ações mais pontuais por parte do Estado e da empresa responsável. Cria-se, desse modo, acordos mais afáveis, além de evitar uma revolta populacional, diante de tamanha ruptura estrutural que o acontecimento causou no cotidiano, tanto psíquica quanto fisicamente.

Isso só é possível porque os movimentos perante o acontecimento surgem pelos próprios sujeitos, “a ação de um governo não é a totalidade efetiva e ponto por ponto dos súditos, é a população com seus fenômenos e seus processos próprios.” (Foucault, 2008, p. 86). Com esses mecanismos, faz-se com que as ações daqueles que governam sejam **necessárias e suficientes**. Como exemplo, podemos citar a cartilha digital (Instituto Guaicuy, 2003), intitulada *Reparação Brumadinho: Fevereiro de 2023*, de 29 páginas, publicada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Comitê Gestor Pró-Brumadinho. No documento, encontramos as ações executadas e os valores utilizados nos processos de reparação nas comunidades atingidas – ações necessárias, como a compra de maquinário para recuperar as estradas, compra de instrumentos para a realização de exames, a criação de cursos profissionalizantes, entre outros, que podem

parecer, à vista de muitos, suficientes, contudo, o rompimento da B1 não atinge⁷ apenas a população de Brumadinho, que pertence a zona quente⁸, como as autoridades denominam. Mais uma vez, temos o dispositivo de segurança garantindo a regularidade.

Diante do exposto, consideramos o funcionamento de um dispositivo como uma resposta preliminar a uma questão ou problema social. Se o dispositivo é projetado para abordar uma situação específica de acordo com as normas estabelecidas e é incorporado em instituições e discursos, ele tem um impacto direto nas ações individuais e na realidade social. Assim, partindo do funcionamento do dispositivo de segurança, chegamos a um outro dispositivo que vai justamente agir em uma situação específica de Brumadinho, na normalização da morte que se adeque às condições de luto ali vivenciadas, com isso os dispositivos podem se alternar entre o dispositivo de segurança, pautada na estratégia de purificação das emoções, e o dispositivo de luto coletivo, pautada na estratégia técnica.

O dispositivo do luto coletivo como normalização da morte

A tragédia que assolou Brumadinho, em janeiro de 2019, gerou muitas incertezas, dentre elas, se a normalidade se estabeleceria diante de tamanha destruição. As perdas não foram isoladas, não pediram licença e se instalaram de diferentes maneiras. Uns perderam pessoas, outros perderam suas casas, outros perderam seu sustento e outros, ainda, pode ser que tenham perdido tudo: pessoas, moradia e sustento.

Quando pensamos politicamente o acontecimento de Brumadinho, como analistas dos Estudos Discursivos Foucaultianos, diferentes manejos do poder/saber para a regulação dos sujeitos são considerados; técnicas que funcionaram (e ainda funcionam) para que as ações daqueles que governam sejam suficientes, visando à manutenção de forças por meio do reestabelecimento do equilíbrio de uma população diante da tragédia e da nova realidade.

Nessa direção, o luto é um processo organizado por instituições que visa a regulação dos sujeitos que se encontram diante da morte de uma pessoa próxima. A sociedade, assim como em diferentes campos, sempre foi e é guiada por práticas administrativas que visam à regulação de processos, sejam eles psíquicos, econômicos e mesmo políticos diante do luto. Nesse sentido, importa destacar que o gerenciamento do luto sempre foi pensado considerando perdas isoladas, uma vez que, salvo tragédias como a de Brumadinho, dificilmente uma cidade inteira demandaria uma normalização da perda coletiva. Assim, com algumas medidas que

⁷ O verbo no presente se faz pertinente, uma vez que é sabido que o rompimento da B1 ainda traz consequências significativas.

⁸ Zona quente - local de maior risco com acesso restrito. A zona quente, em Brumadinho, é composta pelas comunidades de Córrego do Feijão, Parque da Cachoeira, Alberto Flores, Cantagalo, Pires e do entorno do Ribeirão Ferro-Carvão.

assegurassem o direito a tristeza, de enlutar seus mortos e à memória daquele que se foi, a garantia da produtividade, bem como da saúde mental era garantida, já que a perda afligiria uma pequena parcela da comunidade de um determinado espaço.

Esse gerenciamento do luto pode ser verificado a partir de medidas legais e administrativas, como, por exemplo o artigo 473, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (Brasil, 1943), que garante a todo trabalhador, pelo menos, dois dias de afastamento, sem desconto salarial, para que aqueles que perderam um parente próximo possam velar, sentir a sua perda e, minimamente, iniciar o processo de luto, afim de fechar um ciclo e, assim, posteriormente, retomar sua produtividade.

Do mesmo modo, dentro da esfera religiosa, a regulação ocorre a partir de práticas que guiam os sujeitos enlutados do início ao fim da despedida; os rituais de luto colaboram para que a pessoa enlutada assimile as perdas e os traumas que surgem após a morte de uma pessoa querida. Como exemplo, podemos citar o processo dentro de algumas entidades em que o ritual inicia desde o badalar dos sinos, que anunciam à comunidade o falecimento de alguém, passando para o velório, marcado pela presença de velas e rezas, além da visita de uma autoridade religiosa para ungir o morto, até o gesto, de parentes e amigos, no enterro, jogarem um punhado de terra sobre o caixão, ato que simboliza o fim do processo e o fechamento de um ciclo. É um espaço social em que as pessoas enlutadas compartilham seus sentimentos, dividem emoções e fortalecem as lembranças daquele que se foi, para viver o luto e amadurecer o sentimento de que é preciso seguir em frente, apesar da dor.

Essas práticas são necessárias na medida em que permitem que o sujeito enlutado vivencie a sua perda, aceite a morte que está diante de seus olhos e de todos que ocupam o papel de testemunhas em um ritual fúnebre. Nesse sentido, a celebração da passagem da vida para a morte de uma pessoa, não deixa de ser coletiva, é um momento de compartilhar a dor pela perda do outro.

Assim como na esfera religiosa, a medicina também atua na regulamentação dessa passagem, a fim de obter um controle racional da morte. E essa regulamentação médica vem antes de qualquer outra instância: após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é obter o atestado de óbito, documento sem o qual nenhuma outra providência pode ser tomada em relação ao corpo. Fornecido por um médico, esse documento deve atestar o falecimento e a causa da morte, que será determinada pelas circunstâncias em que ocorreu. Deve constar a natureza da morte (Natural e Não Natural / Acidental) e o local onde correu (casa, hospital ou via pública), informações que guiarão os próximos passos, ou seja, se o corpo deve passar pelo Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) ou pelo Instituto Médico Legal (IML) do município, se será necessário abrir um Boletim de Ocorrência (B.O.), procurar uma delegacia, e assim por

diante. Desse modo, a normalização do processo de luto é garantida.

Além dessa regulamentação do luto por instituições, é preciso encarar o outro lado do luto. Nessa direção, de acordo com Casellato (2020), o luto, assim como a própria humanidade, progrediu – indo além de uma perspectiva centrada nos sintomas e nas reações de tristeza para uma compreensão mais abrangente, multifacetada e subjetiva do impacto da perda na pessoa. Desse modo, o luto é compreendido como uma:

resposta a um vínculo que foi rompido, não apenas à morte de uma pessoa significativa. Trata-se de uma resposta instintiva, **revestida de aspectos e influências internalizados resultantes da aprendizagem social** e do contexto cultural do indivíduo afetado (Casellato, 2020, p. 25, grifo nosso).

Esses fatores internalizados e aprendidos por meio da interação social e do contexto cultural incluem normas, valores, crenças e experiências compartilhadas que moldam a forma como as pessoas respondem a uma perda ou ruptura (que também nos leva a um processo de luto), que são completamente influenciadas pelos dispositivos de poder e pelos discursos sociais em vigor. Isso quer dizer que a subjetividade do sujeito enlutado, incluindo suas emoções e reações, é moldada pela interação com esses dispositivos de poder, que abrangem normas culturais sobre luto, rituais de despedida, expectativas sociais e, até mesmo, a maneira como a morte é medicalizada e tratada pela biopolítica contemporânea.

A subjetivação por esses dispositivos vem abraçar os sujeitos enlutados por ocuparem um lugar desconhecido diante da perda, um lugar em que uma nova realidade é estabelecida e “que promoverá uma desorganização em consequência da quebra de um mundo previamente organizado, seguro e previsível: o mundo presumido.” (Casellato, 2020, p. 26). Muitas vezes, o indivíduo precisa se reorganizar, e isso exige um ajustamento, que pode demandar novos valores e novas crenças para que ele reestabeleça o seu lugar no mundo.

De acordo com Casellato, (2020, p. 28) quando em crise, o sujeito recorre a estratégias novas apenas quando as antigas não estão mais disponíveis, assim, o esforço de lidar com a crise do luto será sempre influenciado por concepções prévias que foram internalizadas. Além disso, são as interações sociais, influenciadas pelos construtos culturais de cada comunidade, que moldam a realidade percebida pelo sujeito e auxiliam na compreensão tanto de si como dos outros.

Nessa direção, os rituais desempenham o papel de facilitar a transição de uma realidade para outra, estabelecendo caminhos mais curtos que promovem o sentimento de pertencimento e controlam a ansiedade. Eles fornecem uma dose de estabilidade e segurança necessárias para as primeiras experiências sociais do sujeito enlutado. “Os rituais organizam, dão contorno e

previsibilidade diante da crise imposta pela perda” (Casellato, 2020, p. 33).

À vista disso, em conjunto com o dispositivo de segurança, quando verificamos os modos como o luto foi vivenciado em Brumadinho, diante de uma urgência de gerir uma cidade inteira, manter a ordem e o controle da população, percebemos o funcionamento de um segundo dispositivo que “conectando-se a própria realidade dessas oscilações, vai atuar de tal modo que, por uma série de conexões com outros elementos da realidade, esse fenômeno, sem de certo modo nada perder da sua realidade, sem ser impedido, se encontr[ou] pouco a pouco compensado” (Foucault, 2008, p. 49): é o dispositivo do luto coletivo.

Ao irromperem perdas simultâneas, uma vez que os desaparecidos têm o reconhecimento da morte presumida, urge a necessidade de se estabelecer regulamentações para que os sujeitos sobreviventes fossem, dentro daquela realidade, o mínimo possível, afetados diante da fragilidade que se encontravam. Em conformidade com a demanda dos atingidos, o dispositivo do luto coletivo surge então com a “função principal [de] responder a uma urgência” (Foucault, 1998, p. 365), uma vez que a normalização da morte se desequilibra diante de tal acontecimento e as diferentes regulamentações, como as citadas anteriormente, deturpam-se, diante da quantidade de mortos, ou, ainda, anulam-se, frente a impossibilidade de encontrar os corpos.

Essa urgência surge a partir do momento em que se entende que a indiferença, por parte dos órgãos competentes, e a imposição de uma normalidade, diante daqueles que não puderam enlutar seus entes, poderia negar o direito a tristeza e a memória daquele que se foi, gerando conflitos e possíveis revoltas. E, nas palavras de Foucault (2008, p. 41), “a revolta urbana é a grande coisa a [se] evitar para o governo”.

Nesse sentido, o ato de vivenciar de alguma forma o processo do luto, de enlutar seus mortos, ainda que coletivamente, permitiria a regulação desses sujeitos, visto que, a ausência de práticas de celebração e rememoração poderia ser uma marca do desamparo coletivo que vem se somar ao desamparo singular do sujeito enlutado por parte das instituições, uma vez que, de acordo com Casellato (2020, p. 26) o processo de luto é um “processo de ajustamento de uma nova realidade imposta pela perda que promoverá uma desorganização em consequência da quebra de um mundo previamente organizado, seguro e previsível”. Ou seja, é o processo de luto que permitirá que a comunidade de Brumadinho, assim como qualquer outro enlutado, reestabeleça a normalização da vida, diante de uma perda não presumida.

Agora, quando verificamos o luto em Brumadinho, vemos essa celebração, bem como o processo de luto, desenrolar-se de um modo que o ato de compartilhar não é apenas pela dor do outro, mas tem-se o ato de compartilhar a possibilidade de se enlutar, em memória daqueles que não tiveram seus corpos encontrados, conforme podemos observar nos Enunciados 5 e 6 a seguir, os quais nos doam possíveis modos de se (re)pensar e (re)conceituar as práticas, sem,

entretanto, trazer a rigidez da realidade que é apresentada. Aí entramos no jogo do que se vê e do que se quer ver, tornando-se, assim, enunciável:



Brumadinho possui pouco mais de 36.000 habitantes. A tragédia com a ruptura da barragem da Vale mobilizou moradores da cidade a realizar uma

Enunciado 5 – As primeiras mobilizações coletivas
Fonte: *El País Brasil* (2019).



3. Enquanto familiares de vítimas sepultam seus entes queridos, outros aguardam desesperados por informações. Há ao menos 276 pessoas

Enunciado 6 – Vigília

Fonte: *El País Brasil* (2019).

O Enunciado 5 apresenta a comunidade de Brumadinho dois dias após o rompimento da B1. No cenário, podemos observar algumas letras do letreiro da cidade, que se destaca diante da cena, trazendo uma barreira para o olhar daquele que observa o que está sendo enunciado. A atmosfera é solene e melancólica, representada pelas velas que foram colocadas em homenagem às vítimas da tragédia.

No centro da cena, uma menina chora, provavelmente demonstrando a dor e o luto pela tragédia ocorrida. Uma forma de resistência, pois desafia a norma que exige a contenção dos afetos, sua visibilidade destaca as consequências reais do poder exercido e o impacto nas vidas individuais. Seu choro é testemunhado por um homem que olha para cima, talvez buscando respostas ou procurando conforto em meio à devastação.

Uma mulher, ao lado do homem, enxuga as lágrimas com as mãos, evidenciando a emoção e o sofrimento compartilhado por todos na comunidade. Ao mesmo tempo, outra mulher está em posição de oração, buscando consolo espiritual em um momento de profunda dificuldade, observa-se a coletividade representada pelos diferentes sujeitos em cena.

A cena enuncia, com um tom de melancolia pelo entardecer, a realidade pós-tragédia, capturando a tristeza, o luto e a busca por força e esperança da comunidade de Brumadinho, que tenta se recuperar e se reconstruir após o colapso da barragem.

No Enunciado 6, por sua vez, percebemos a vigília em um *continuum*, em que a coletividade ainda é percebida, não apenas pelos sujeitos ali atentos, fixando o monumento, com os braços cruzados denotando uma postura de cautela e introspecção, mas também pelas diferentes imagens de pessoas desaparecidas deixadas ao pé do letreiro. Este se destaca e reforça a presença institucional e governamental, ao mesmo tempo em que pode sugerir uma certa desconexão entre a realidade vivida pela comunidade e a narrativa oficial.

A atmosfera, dessa vez, é carregada de seriedade, pesar e desalento. A presença de velas e flores indicam uma homenagem contínua às vítimas da tragédia que assolou a comunidade. Esses elementos simbólicos refletem a memória e a resistência coletiva diante da adversidade.

Em meio às velas e flores, é possível notar a bandeira do Brasil, sustentada por pedras e fotos. Essa disposição sugere um apelo por justiça, apoio e solidariedade, destacando a importância da responsabilidade governamental diante da tragédia. Além disso, indo ao encontro de Butler (2020, p. 145), a fotografia é uma forma de confirmar a existência de uma vida, pois “por meio de sua relação com o futuro anterior, confere a qualidade de ser passível de luto”, ou seja, a fotografia pode ajudar a manter a memória viva sobre a pessoa falecida, permitindo que aqueles que estão de luto a reconheçam como uma vida que foi vivida e que merece ser chorada. Além de preservar e compartilhar memórias, sentimentos e histórias, o que pode facilitar o processo de luto e proporcionar um espaço para a expressão do pesar.

Uma característica marcante é a ausência de iluminação pública. Os postes de luz estão desligados, acentuando a sensação de escuridão e desamparo. Essa falta de luz simbólica pode representar tanto a negligência estatal quanto a sensação de abandono por parte das autoridades, agravando, ainda mais, o sentimento de desesperança e desconfiança na comunidade.

Os Enunciados 5 e 6 retratam a comunidade de Brumadinho, em sua coletividade, enfrentando as consequências da tragédia. As pessoas se reúnem, dia e noite, diante do letreiro da cidade, honrando as vítimas e buscando manter a memória viva. Cenas que evocam a resiliência e a luta por superação em meio à adversidade: é o processo de luto coletivo, seja por uma vida que tenha sido interrompida, por uma casa que tenha sido destruída, por um sonho que tenha sido desfeito ou por um amor que tenha sido perdido.

Os diferentes gestos dos sujeitos enlutados, como o homem que volta seu olhar aos céus, a mulher que desvia o olhar, a outra que reza, apontam para as diferentes formas de enfrentamento e resposta à tragédia. Essas posições representam os jogos de poder e resistência que ocorrem dentro da comunidade, em que alguns buscam respostas divinas, outros desviam

o olhar para evitar o confronto direto com a realidade, enquanto alguns se voltam para cima, talvez em busca de um olhar crítico sobre as estruturas de poder e as causas profundas da tragédia.

Judith Butler, na obra *Corpos que importam* (1999), aponta para a importância das manifestações coletivas de luto, cujo objetivo é abrir espaço para processos que haviam sido frustrados. Essa perspectiva pode ser relacionada ao caso de Brumadinho – em que os sujeitos enlutados não puderam vivenciar o processo de luto, diante da impossibilidade de encontrar os corpos. Desse modo, precisamos falar sobre “O surgimento de instituições coletivas que encoraja(va)m o luto [...] crucial para a sobrevivência, para unir a comunidade, para reformular o parentesco e para retramar relações de mútua sustentação” (Butler, 1999, p. 386), conforme podemos constatar no Enunciado 7, a seguir:

 Oficinas realizadas com usuários de postos de saúde detectam vivência coletiva de luto 22/08/2019 Com o objetivo de trocar experiências, compartilhar vivências, cuidar do físico e emocional dos usuários dos postos de saúde de...	 Equipe em Saúde Mental realiza encontros no PSF do Progresso 19/06/2019 As equipes em Saúde Mental que atuam nos PSFs - Programas de Saúde das Famílias - de Brumadinho mudaram o sistema de acolhimento dos usuários...	 Psicóloga trabalha angústias das crianças atendidas nos PSFs com brincadeiras 05/11/2019 Cerca de 120 crianças atendidas nas unidades de saúde de Brumadinho pela psicóloga Ana Paula Maia estão participando de oficinas...
 Vítimas da tragédia da Vale serão homenageadas com um memorial 20/05/2019 E secretária de Estado de Agricultura vem a Brumadinho para conhecer possíveis locais para a sua construção Já está...	 Familiares homenageiam as vítimas da Vale depois de dois meses da tragédia 26/03/2019 Parentes e amigos das vítimas da tragédia da Vale, ocorrida no dia 25 de janeiro deste ano, após o rompimento da barragem 1 da Mina de Córrego do...	 "Concerto da Gratidão" atrai grande público à Praça Jeferson Gonçalves Braga 05/09/2019 De acordo com estimativas da Prefeitura de Brumadinho cerca de mil pessoas assistiram ao evento "Concerto da Gratidão", realizado na Praça de...

Enunciado 7 – Chamadas das ações promovidas na cidade pós tragédia
Fonte: Prefeitura Municipal de Brumadinho (s/d).

O Enunciado 7 evidencia algumas das diferentes ações aplicadas em Brumadinho, após a tragédia, justamente, com o objetivo de incitar a população a viver o luto de modo coletivo. Ele reflete a conscientização do Estado em relação às necessidades emocionais da comunidade, em busca de fornecer recursos e serviços que ajudem na recuperação e na resiliência das pessoas afetadas. O movimento do luto coletivo, iniciado pelos atingidos, conforme pudemos visualizar nos Enunciados 5 e 6, foi mantido por diferentes instituições. Essa continuidade institucional do luto coletivo demonstra o poder dos dispositivos em capturar e reorganizar práticas inicialmente espontâneas de resistência ou memória em novas formas de governo da emoção. O que poderia ser resistência torna-se compatível com o regime de verdade instituído, ao passo que se estabelece um consenso social sobre o que é uma dor legítima e sua temporalidade aceitável.

Butler (1999) salienta que, à medida que instituições como as que expusemos de Brumadinho envolvem a exposição pública e a representação dramática da morte, “elas devem ser lidas como respostas de afirmação da vida e na contramão das consequências psíquicas terríveis de um processo de luto culturalmente frustrado e proscrito” (Butler, 1999, p. 386-387). Isso vai ao encontro do que vimos discutindo: é a biopolítica funcionando, por meio dos dispositivos de segurança e do luto coletivo, a fim de manter a ordem e a produtividade, ou seja, o luto é, sim, sintomático, mas também é política.

O funcionamento do dispositivo do luto coletivo é transparecido quando olhamos para o que se enuncia nas práticas propostas pelas diferentes instituições (conforme o Enunciado 7), que moldam as formas de lidar com a tragédia, a memória e o sofrimento dos atingidos – as cerimônias de homenagem, rituais de lembrança, criação de memoriais, campanhas de solidariedade e apoio emocional às vítimas e o cuidado com as crianças, são mecanismos de controle e gestão do sofrimento. Como bem nos lembra Foucault (1999), o poder não opera apenas por meio da coerção, ele tem sua positividade, ele pode ser doce e calmo, ele pode abraçar e acalantar. Mas também é o poder, como já expusemos, que produz, por meio desses mesmos dispositivos, subjetividades, regulação sobre os corpos e emoções, e, também, “rituais de verdade” (Foucault, 1998, p. 20).

Indo ao encontro da discussão aqui proposta, é esse dispositivo do luto coletivo que vai moldar a maneira como as pessoas experimentam e expressam sua dor, limitando certos discursos e emoções que possam, de uma maneira ou de outra, desafiar as estruturas dominantes de poder. Vale lembrar que, nas palavras de Foucault (1998, p. 240), “o poder não está localizado no aparelho de Estado e [...] nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, em um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”.

Considerações finais

Neste estudo, à luz das considerações apresentadas, evidencia-se que a identificação e análise dos dispositivos de segurança e do luto coletivo representam uma abordagem crucial para compreender as respostas formuladas diante dos desafios enfrentados em Brumadinho, com o rompimento da B1. Entende-se que um dispositivo, que é cuidadosamente projetado e introduzido nas estruturas institucionais e discursivas, emerge como um agente moldador na vivência e na expressão da dor das pessoas, impondo restrições a certos discursos e emoções que possam desafiar, de alguma maneira, as estruturas predominantes de poder.

Neste contexto, este artigo explorou como os discursos que emergiram da tragédia de Brumadinho articulam a biopolítica e a governamentalidade para normalizar as práticas de luto, utilizando o discurso como ferramenta para a manutenção da ordem social e para a produção de subjetividades. Ao mesmo tempo, reconhecemos nas práticas discursivas um espaço de resistência, onde novas formas de dizer a dor e de reconstituir a memória emergem, desafiando as normas e narrativas hegemônicas. Sob esse prisma, investigamos como os dispositivos de segurança e luto coletivo configuram-se em meio às relações de poder que perpassam as práticas discursivas, promovendo uma reflexão sobre o papel da língua na constituição e na contestação do simbólico em momentos de crise. Isso porque, os discursos que emergiram do rompimento da B1, em Brumadinho, evidenciam como certos elementos assumem a função enunciativa de posição-sujeito, articulando lugar institucional, materialidade e campo associado, criando assim condições de emergência e existência circunscritas ao acontecimento – rompimento da B1 –, cujas regras sócio-históricas possibilitaram modos de vivenciar o luto *ad eternum*.

Assim, infere-se que é por meio dos dispositivos de segurança e do luto coletivo, que se delineiam resultados, negociações, conflitos e alianças, alinhando narrativas dominantes e direcionando a resposta coletiva, em uma constante negociação de poder nas sutilezas da vida diária.

Referências

AUMONT, Jacques.; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. (Trad.). Eloisa Araújo Ribeiro. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Trad. Verônica Dominelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N1/ Crocodilo, 1999.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CASELLATO, Gabriela. **Luto por perdas não legitimadas na atualidade**. São Paulo: Summus, 2020.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In.: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Passagens. Lisboa: Ed. Vega, 1996.

EL PAÍS BRASIL. **Brumadinho, as imagens de uma cidade de luto**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/30/album/1548873128_458070.html#foto_gal_8. Acesso em: 1 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Trad. Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O cuidado de si e a prática de liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2004, p. 258-280.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brendão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A Vontade de Saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

INSTITUTO GUAICUY. Comitê Gestor Pró-Brumadinho. **Reparação Brumadinho**: resumo das atividades 2021–2023. 1. ed. Brumadinho: Instituto Guaicuy, 2023. Disponível em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2023/02/Reparacao-Brumadinho_resumo-das-atividades-2021-2023_ed1.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. **Uma cidade em luto**. Portal institucional – Notícias, Brumadinho, [s.d.]. Disponível em: https://novo.brumadinho.mg.gov.br/noticias_detalhes/uma-cidade-em-luto. Acesso em: 04 ago. 2023.

RAGAZZI, Lucas. ROCHA, Murilo. **Brumadinho**: A Engenharia de um crime. Belo Horizonte: Letramento, 2019.